

AGENDA LEGISLATIVA

9 A 13 DE NOVEMBRO DE 2026

CONGRESSO NACIONAL

Segunda-feira (09/11)

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

Audiência Pública - Tema: Audiência Pública sobre educação midiática e letramento digital.
Convidados:

- Kátia Schweickardt, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC);
- João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR);
- Fernando Oliveira Paulino, professor na Universidade de Brasília (UnB);
- Carla Azevedo de Aragão, diretora de Inovação e Tecnologia do Instituto Anísio Teixeira; e
- Cristiane Parente de Sá Barreto, sócia fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom).

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h00

Reunião de Trabalho - Temas: Item 1 - Debate sobre o PL 3283/2025 (*comunicação ao Congresso Nacional sobre remoção de conteúdo na internet*), cujo relatório aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal propõe a inclusão do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional entre os órgãos destinatários das comunicações de indisponibilização de conteúdo sem ordem judicial; e Item 2 – Relatório sobre a implementação da nova NR-1 no setor audiovisual, da Comissão Temática de Regulamentação do Audiovisual Digital, composta pelos Conselheiros Caio Loures, Sonia Santana, Marcus Martins, Valderez Donzelli e Júlio César Vinha;

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 14h06

REQ 33/2026 - Requer a realização de Audiência Pública para debater a previsibilidade e a suficiência orçamentária das agências reguladoras federais, os impactos de bloqueios e limitações de empenho sobre suas atividades e medidas a serem consideradas no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual para 2027. Item nº 8
Convidados:

- Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO);
- Representante do Ministério da Fazenda;
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Representante da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);
- Representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); e
- Representante da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR).

Autor: Zé Silva (UNIÃO/MG)

Quarta-feira (11/11)

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Audiência Pública - Tema: Apresentação da LDO e da LOA para 2027. Art. 29 e 84 da Res 1/2006-CN
Convidado:
- Bruno Moretti, ministro do Planejamento e Orçamento.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (10/11)

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 13h00

PL 321/2026 - Dispõe sobre a utilização de recursos digitais computadores, tablets e telefones celulares, por terapeutas no ambiente escolar como ferramentas de apoio terapêutico aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Item nº 6
Autor: Baleia Rossi (MDB/SP)
Relator: Geraldo Resende (PSDB/MS)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 2124/2026 - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais às empresas que desenvolvam tecnologias assistivas, e dá outras providências. Item nº 9
Autor: Duarte Jr. (AVANTE/MA)
Relator: Silvia Cristina (PP/RO)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 14h00

REQ 38/2026 - Requer a realização de Seminário, no Estado de São Paulo, para debater o tema “Defesa da Justiça do Trabalho, pejotização e fim da escala 6x1”. Item nº 3
Convidados:
- Isabella Leal, Coordenadora Executiva do Sintrajud;
- Fabiano dos Santos, integrante da Secretaria Executiva Nacional da CSP - Conlutas;
- Jorge Luiz Souto Maior, professor livre-docente de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (GPTC-USP), e Desembargador aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15);
- Carlos Vicente de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo (Stilasp);
- Edgar Francisco da Silva (Gringo Motoka), liderança, ativista dos direitos dos motociclistas e entregadores de aplicativo no Brasil, e presidente da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AmaBR);
- Sarah Hakim, presidente da Federação Nacional dos Advogados (FENADV);
- Valdir Florindo, Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2);
- Diego Reis Massi, Juiz do Trabalho Substituto e presidente da Amatra-2

Autor: Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

PL 5638/2023 - Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para possibilitar a utilização do poder de contratação estatal por empresas públicas e sociedades de economia mista nas compras de bens e contratação de serviços de setores estratégicos para a inovação e o desenvolvimento nacional. Item nº 23
Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)
Relator: Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda ao Substitutivo.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 14h00

PL 6968/2025 - Institui o Sistema Nacional Informatizado de Acompanhamento Operacional das Forças Policiais Brasileiras e dá outras providências. Item nº 16
Autor: Duda Ramos (MDB/RR)
Relator: Aluisio Mendes (REPUBLICANOS/MA)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1322/2026 - Dispõe sobre a criação de plataforma tecnológica para notificação em tempo real às vítimas de violência doméstica e familiar acerca da aproximação de agressores submetidos a medidas protetivas de urgência e monitoramento eletrônico. Item nº 21
Autor: Clarissa Tércio (PP/PE)
Relator: Gustavo Gayer (PL/GO)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 2791/2022 - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira. Item nº 17
Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
Relator: Lafayette de Andrada (PL/MG)
Parecer: Pela rejeição deste, e do PL 2792/2022, e pela aprovação do PL 2486/2022, nos termos do substitutivo em anexo.

Quarta-feira (11/11)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

PL 2575/2025 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de provedores de aplicações de internet manterem representação legal no território nacional. Item nº 8
Autor: Talíria Petrone (PSOL/RJ)
Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CDU - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO / Anexo II, Plenário 16, 10h00

Reunião Deliberativa - Tema: Votação de indicações de beneficiários para emendas da comissão à LOA

PL 2492/2022 - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a disponibilização de aplicativos gratuitos para os usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. Item nº 4
Autor: Joceval Rodrigues (CIDADANIA/BA)
Relator: Duda Ramos (MDB/RR)
Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 5163/25, apensado, com substitutivo.

CINDRE - COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL / Anexo II, Plenário 15, 10h00

Reunião Deliberativa - Tema: Votação de indicações de beneficiários para emendas da comissão à LOA

PL 3669/2025 -Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para ampliar o alcance da Política Nacional de Inovação a regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e instituir a Política Nacional de Centros de Inovação Regional (CIRs), com vistas ao desenvolvimento sustentável, tecnológico e social; dispõem sobre diretrizes, metas e instrumentos de implementação e dá outras providências. Item nº 2
Explicação: entre outros, visa o estímulo à criação de incubadoras, aceleradoras, coworkings e laboratórios de prototipagem emregiões de baixo desenvolvimento econômico
Autor: Samuel Viana (UNIÃO/MG)
Relator: Socorro Neri (PP/AC)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

REQ 58/2026 - Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, para debater a alíquota-base de 11,3% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), seus critérios de definição e os impactos econômicos e tributários decorrentes de sua aplicação. Item nº 3
Convidados:
- Representante do Ministério da Fazenda (MF);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e
- Bernard Appy, ex-secretário extraordinário da Reforma Tributária.

Autor: Hildo Rocha (MDB/MA)

REQ 60/2026 - Requer a transformação de sessão plenária da Câmara dos Deputados em Comissão Geral para debater a implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo, a alíquota de referência da CBS para 2027 aprovada pelo Tribunal de Contas da União e os impactos da Medida Provisória nº 1.399, de 2026, com a participação do Ministro de Estado da Fazenda Dario Durigan e o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Robinson Sakiyama Barreirinhas. Item nº 4
Convidado:
- Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Autor: Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)

PL 177/2024 - "Institui a Campanha de Conscientização e Prevenção contra Crimes Cibernéticos, cometidos por meio do uso indevido da inteligência artificial, contra crianças e adolescentes." Item nº 13
Explicação: Institui campanha de conscientização com a finalidade de alertar e desencorajar o uso de sites de inteligência artificial para criação de material que exponha ou ridicularize crianças e adolescentes. Prevê, ainda, a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil.
Autor: Saullo Vianna (MDB/AM)
Relator: Merlong Solano (PT/PI)
Parecer: Pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária deste, do Substitutivo da Comissão de Educação (CE), e do PL 349/24, apensado.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

Reunião Deliberativa - Tema: Deliberação das Indicações de Beneficiários às programações da LOA - Emendas da Comissão RP-8

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 17h00

Audiência Pública - Tema: Cartão de identificação do usuário SUS (PL 5875/2013) - Parte 2
Convidados:
- Teresa Sacchetta, vice-presidente da Saúde Digital Brasil;
- Francisco Balestrin, presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Laboratórios e Estabelecimentos de Saúde do Estado de São Paulo (SINDHOSP);
- Tânia Mara Coelho, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
- Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);
- Representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes);
- Representante da Estratégia Latino-Americana de Inteligência Artificial (ELA-IA); e
- Representante do Ministério da Saúde (MS).

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (11/11), 14h00

PLP 230/2025 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para os fins que especifica. Item nº 1
Autor: Juscelino Filho
Relator: Pendente

Parecer: Pendente.

PL 6461/2019 - Institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023. Item nº 2
Autor: André de Paula
Relator: Veneziano (MDB/PB)
Parecer: Pela aprovação deste e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5.
Parecer às Emendas de Plenário: Pendente

Segunda-feira (09/11)

OUTROS EVENTOS / Plenário do Senado Federal, 10h00

Sessão Especial - Tema: Celebrar os 25 anos do LIDE - Grupo de Líderes Empresariais.

Quarta-feira (11/11)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

PLP 134/2020 - Altera a da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Item nº 1
Autor: Izalci (PL/DF)
Relator: Portinho (PL/RJ)
Parecer: Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

PL 1159/2026 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para instituir diretrizes de acessibilidade cognitiva e garantir o direito ao suporte humano na transição digital de serviços essenciais. Item nº 5
Autor: Jader Barbalho (MDB/PA)
Relator: Petecão (PSD/AC)
Parecer: Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta, acolhidas parcialmente as Emendas nº 1-T e 2-T.

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

PL 1257/2021 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar o acesso a tecnologias direcionadas à preservação da saúde mental e cognitiva da pessoa idosa. Item nº 4
Autor: Paula Belmonte
Relator: Enfermeira Roberta (REPUBLICANOS/RR)
Parecer: Pela aprovação deste e da emenda nº 1-CAS.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 11h00

PDL 72/2022 - Susta os efeitos da Portaria nº 983, de 18 de novembro de 2020, do Ministério da Educação, que estabelece diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Item nº 8
Explicação: a portaria em questão determina, entre outros pontos, mínimo de 14 horas semanais em sala de aula para os docentes em tempo integral e de 10 horas semanais para os docentes em tempo parcial, sem previsão de teto, e inviabiliza as atividades de pesquisa e extensão.
Autor: Jean Paul (PT/RN)
Relator: Jussara Lima (PSD/PI)
Parecer: Pela prejudicialidade do projeto.

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h30

Reunião de Trabalho - Tema: Deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2026, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN.